

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

**TRE-MT
2026**





A Atena Engenharia é uma empresa especializada em soluções ambientais que atua em 10 estados brasileiros e mais de 40 municípios, oferecendo suporte técnico de excelência aos setores público e privado. Com foco em inovação, sustentabilidade e gestão estratégica, desenvolvemos estudos ambientais, diagnósticos e planos que subsidiam a tomada de decisão, orientam o pleito de recursos financeiros e fortalecem políticas públicas. Temos sólida experiência na elaboração de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Planos de Descarbonização, além de projetos nas áreas de resíduos sólidos, outorgas hídricas, licenciamento ambiental e saneamento. Nosso time é liderado por duas especialistas da área: Leda Carolina Carvalho Menezes, Engenheira Ambiental com Mestrado em Tratamento de Efluentes, e Paula Valéria Ribeiro Macedo, Gestora Ambiental com Pós-graduação em Políticas Públicas. A Atena Engenharia é comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a entrega de soluções eficientes e alinhadas às exigências ambientais mais atuais

Elaboração

Atena Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda.
CNPJ: 29.626.136/0001-93
R. Martinica, 785, sl.2, Jd. América – Sorocaba, SP

Responsabilidade Técnica

Paula Valéria Ribeiro Macedo
Leda Carolina Carvalho Menezes

Dados do Contrato

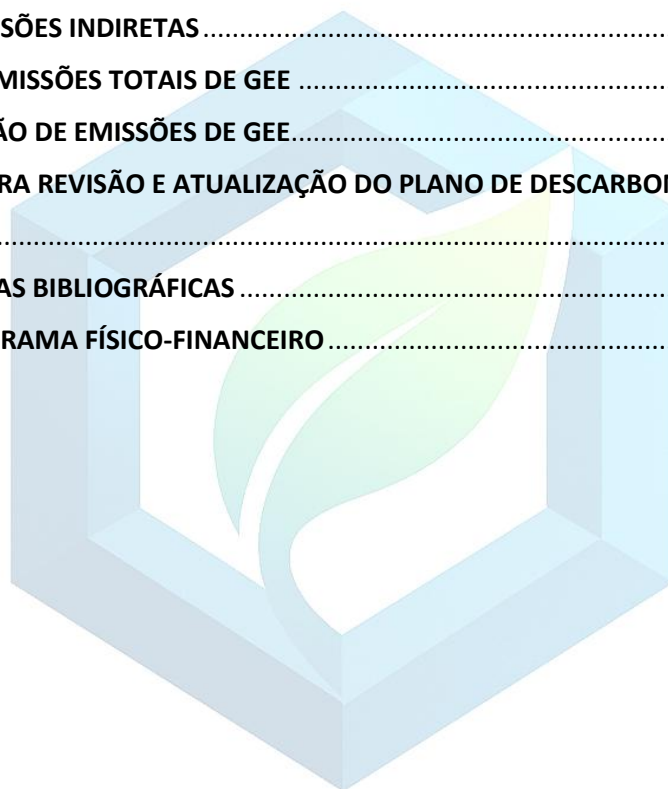
CONTRATO Nº 34/2025

Controle de Alterações

Ver.	Data e Registro de alterações	Revisado por	Aprovado por
1			

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
2. COMPROMISSO DA ALTA GESTÃO	5
3. TIPO DE META	7
4. LIMITES DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO	7
5. DURAÇÃO DO PRAZO DE CUMPRIMENTO DAS METAS	7
6. PRIORIDADE DE AÇÕES E COMPRA DE CRÉDITO DE CARBONO	7
7. OBJETIVOS PARCIAIS E FINAIS	8
8. ANO BASE DA META	9
ESCOPO 1: EMISSÕES DIRETAS	12
ESCOPO 3: EMISSÕES INDIRETAS	23
PROJEÇÃO DE EMISSÕES TOTAIS DE GEE	26
9. COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE	28
10. DIRETRIZES PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO	32
11. CONCLUSÃO	34
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO I: CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	37



1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (TRE – MT), apresenta seu PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO em atendimento à Resolução nº 594, de 08 de novembro de 2024 que estabelece:

Art. 3º O Programa será implementado pelos tribunais e conselhos com base nos seguintes pilares: I – inventário de emissões de GEE; II – redução de emissões de GEE; e III – compensação de emissões de GEE. § 1º Cada tribunal ou conselho deverá elaborar um Plano de Descarbonização, com o planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais

2. COMPROMISSO DA ALTA GESTÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (TRE – MT) reconhece a relevância da proteção ambiental e da atuação institucional no enfrentamento das mudanças climáticas, assumindo a sustentabilidade como princípio orientador de sua gestão. Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente aquelas previstas na Resolução CNJ nº 594/2024, o TRE-MT reafirma sua responsabilidade na redução das emissões de Gases de Efeito Estufa e no fortalecimento de uma atuação ambientalmente responsável.

Nesse sentido, a Alta Administração manifesta seu compromisso com a implementação, consolidação e aprimoramento contínuo do Plano de Descarbonização, assegurando a adoção de ações efetivas voltadas à diminuição da pegada de carbono

institucional e à incorporação de práticas sustentáveis no âmbito das atividades administrativas e jurisdicionais do Tribunal.

Para viabilizar esse compromisso, o TRE-MT orientará seus esforços para:

- Incentivar a eficiência energética em suas unidades, promovendo a racionalização do consumo de energia elétrica, a modernização de sistemas e, sempre que possível, a ampliação do uso de fontes renováveis;
- Promover a sensibilização e o engajamento de servidores, colaboradores e demais integrantes do Tribunal, mediante ações educativas e campanhas voltadas à conscientização sobre sustentabilidade e responsabilidade ambiental;
- Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento, avaliação e transparência das ações ambientais, com a definição de indicadores, metas e métricas que permitam mensurar resultados e subsidiar a melhoria contínua das práticas institucionais;
- Alinhar suas iniciativas às diretrizes do Plano de Logística Sustentável do CNJ, adotando medidas que reduzam os impactos ambientais decorrentes das atividades do Tribunal e contribuam para o aprimoramento da gestão administrativa;
- Consolidar a institucionalização de práticas sustentáveis, voltadas à racionalização de gastos e ao uso eficiente de recursos, por meio da definição de objetivos, indicadores e metas que promovam o equilíbrio socioambiental e assegurem a conformidade com as normativas vigentes.

Ao reafirmar esse compromisso, o TRE-MT reconhece que a mitigação das emissões de carbono e a adoção de práticas sustentáveis constituem deveres institucionais permanentes. Dessa forma, o Tribunal se posiciona como agente ativo na promoção de uma gestão pública alinhada aos princípios da governança ambiental, social e corporativa (ESG), contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a responsabilidade intergeracional.

3. TIPO DE META

De acordo com o GHG Protocol, este Plano de Descarbonização terá como tipo selecionado Metas Absolutas de redução de emissões de GEE.

4. LIMITES DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

- I. Gases de efeito estufa: estarão incluídos nas metas de redução e compensação de emissões de GEE os gases identificados no inventário, a saber: CO₂, CH₄, N₂O e HFCs. Os demais gases não tiveram emissão verificada nas atividades da instituição.
- II. Fontes: as fontes que comporão este Plano de Descarbonização são:

Tabela 1: Fontes de emissão GEE que comporão o Plano de Descarbonização

Escopo 1 ¹	Escopo 2	Escopo 3
Combustão móvel (frota)	Eletricidade adquirida	Viagens a negócio
Emissões fugitivas		Emissões casa - trabalho

¹ As emissões de combustão estacionária representaram menos de 1,0% do total de emissões do ano base 2025 e, por isso, não entrarão neste Plano de Descarbonização.

5. DURAÇÃO DO PRAZO DE CUMPRIMENTO DAS METAS

As metas propostas neste Plano de Descarbonização deverão ter o cumprimento aferido anualmente.

6. PRIORIDADE DE AÇÕES E COMPRA DE CRÉDITO DE CARBONO

A estrutura hierárquica das medidas de redução e compensação de Gases de Efeito Estufa deverão seguir a seguinte escala hierárquica, da ação com maior prioridade para menor:

Maior Prioridade
prioridade

Menor

Figura 1: Ordem de prioridade nas ações de Emissão Zero.

7. OBJETIVOS PARCIAIS E FINAIS

Seguindo as recomendações do SBTi (*Science Based Targets Initiative*, 2025) e a Resolução CNJ nº 594/2024, o TRE-MT deverá:

- Alcançar emissões líquidas zero (Net Zero)¹ até 2029 (base não eleitoral) e 2030 (base eleitoral), através de medidas de redução e compensação.

Como objetivos¹ parciais a instituição terá:

- Alcançar ao menos 42% de redução das emissões de GEE para o escopo 1 e 90% para o escopo 2 até 2029 (base não eleitoral) e 2030 (base eleitoral).

- Alcançar ao menos 25% de redução das emissões de GEE para o escopo 3 até 2029 (base não eleitoral) e 2030 (base eleitoral).

Notas ¹: Esclarece-se que o conceito de emissões líquidas zero (Net Zero) adotado neste Plano não implica a eliminação absoluta de todas as emissões de Gases de Efeito Estufa até 2029/2030. As metas percentuais estabelecidas referem-se à redução direta das emissões sob controle institucional. As emissões residuais, cuja eliminação não seja tecnicamente ou operacionalmente viável, serão neutralizadas por meio de ações de compensação ambiental, em conformidade com as diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024 e do GHG Protocol.

²: As metas diferenciadas por escopo refletem o grau de governança e controle institucional exercido pelo Tribunal sobre cada tipo de emissão. Enquanto os Escopos 1 e 2 estão diretamente relacionados à operação e infraestrutura do órgão, o Escopo 3 envolve fatores externos e decisões individuais, razão pela qual suas metas de redução são estabelecidas de forma gradual, realista e compatível com a capacidade de influência institucional.

8. ANO BASE DA META

No Plano de Descarbonização do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), a definição de anos-base distintos para o estabelecimento de metas — um correspondente a ano eleitoral e outro a ano não eleitoral — é uma medida metodologicamente necessária para garantir a consistência, a comparabilidade e a fidedignidade das análises de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Essa diferenciação decorre das características operacionais singulares da Justiça Eleitoral, cuja dinâmica de funcionamento apresenta variações significativas entre esses dois contextos.

Nos anos eleitorais, há um aumento expressivo das atividades institucionais, incluindo maior mobilização de pessoal, intensificação do uso de transporte para logística de urnas eletrônicas, além do aumento no consumo de energia elétrica e de insumos. Esse conjunto de fatores resulta, inevitavelmente, em um acréscimo relevante nas emissões de GEE, configurando um cenário atípico quando comparado aos anos não eleitorais. Dessa forma, utilizar um único ano-base indistintamente poderia distorcer a avaliação de desempenho ambiental, uma vez que metas estabelecidas com base em um ano eleitoral tenderiam a ser excessivamente permissivas em períodos ordinários, enquanto metas baseadas em anos não eleitorais poderiam se tornar inexecutáveis durante ciclos eleitorais.

Por outro lado, os anos não eleitorais refletem a operação regular do órgão, com menor intensidade de atividades logísticas e operacionais. Esses períodos são mais adequados para a implementação e consolidação de medidas estruturais de eficiência energética, gestão de resíduos e otimização de recursos, sendo, portanto, fundamentais para o acompanhamento contínuo do desempenho ambiental e para a verificação da efetividade das ações de mitigação adotadas.

Assim, a adoção de anos-base distintos permite a construção de metas mais realistas, equitativas e ajustadas à realidade operacional do TRE-MT, possibilitando uma análise mais precisa da evolução das emissões ao longo do tempo. Essa abordagem também contribui para evitar interpretações equivocadas dos resultados, promovendo maior transparência e robustez técnica ao Plano de Descarbonização. Além disso, favorece a definição de estratégias específicas para cada contexto,

reconhecendo as limitações e oportunidades inerentes a cada tipo de ano, e alinhando o planejamento institucional às boas práticas internacionais de gestão de emissões no setor público.

Portanto, deve-se considerar:

ANO BASE NÃO ELEITORAL: Dados obtidos no Inventário de GEE – 2025

ANO BASE ELEITORAL: Dados obtidos no Inventário de GEE - 2026

No âmbito do Plano de Descarbonização do TRE-MT, a definição dos anos-base parte de um critério de confiabilidade metodológica e de completude dos dados. Os inventários de emissões elaborados até o ano de 2024 não adotavam integralmente uma metodologia passível de ateste técnico, tampouco contemplavam todas as fontes relevantes de emissão, com destaque para a ausência do levantamento de emissões associadas ao deslocamento casa-trabalho (escopo 3). Essa lacuna compromete a representatividade dos dados históricos, uma vez que esse tipo de deslocamento pode corresponder a uma parcela significativa das emissões institucionais, especialmente em órgãos com grande contingente de servidores e colaboradores distribuídos territorialmente. Dessa forma, a utilização desses inventários como referência para definição de metas poderia induzir a distorções, subestimando o perfil real de emissões do Tribunal.

A partir de 2025, entretanto, adotou-se uma metodologia mais robusta, alinhada às boas práticas de contabilização de gases de efeito estufa, com maior abrangência de escopos e fontes emissoras, além de maior rastreabilidade e consistência dos dados. Esse avanço metodológico permite que o inventário de 2025 seja considerado o primeiro efetivamente confiável para fins de estabelecimento de metas, configurando-se, portanto, como o ano-base para períodos não eleitorais. Trata-se de um marco técnico que assegura que as metas sejam construídas sobre uma linha de base sólida, evitando comparações enviesadas ou metas artificialmente facilitadas.

No que se refere ao ano-base eleitoral, a sua definição necessariamente recai sobre um período futuro, no caso, 2026. Isso se justifica pelo fato de que ainda não há, até o momento, um inventário eleitoral elaborado sob a nova metodologia adotada, principalmente em relação à abrangência de unidades além da sede. Considerando que

os anos eleitorais apresentam um perfil de emissões substancialmente distinto — com elevação significativa em função da logística eleitoral, transporte de urnas, mobilização de pessoal e ampliação das operações —, é imprescindível que o ano-base eleitoral também reflita essa realidade sob a mesma lógica metodológica adotada a partir de 2025. A utilização de anos eleitorais pretéritos, que não seguiram essa metodologia, incorreria no mesmo problema de inconsistência e sub-representação das emissões.



ESCOPO 1: EMISSÕES DIRETAS

META 1: Reduzir, conforme metas do plano, as emissões diretas advindas de Combustão Móvel e Emissões Fugitivas, compensar as emissões residuais e alcançar a neutralidade.

Ano base: 2025 (não eleitoral) / 2026 (eleitoral) | Período de aferição: anual | Período de Cumprimento: - 2029 (não eleitoral) / 2030 (eleitoral)

COMBUSTÃO MÓVEL

META 1.1: Redução das emissões advindas da Combustão Móvel em 42%.



PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DO USO DA FROTA

Projetos e Ações do Programa:

1. Política de Compartilhamento de Veículos:

Implementar um sistema interno de reserva e compartilhamento de veículos, reduzindo o número de viagens realizadas individualmente.

Priorizar a consolidação de rotas para atender demandas de transporte de múltiplos servidores simultaneamente.

2. Digitalização de Reuniões e Processos

Substituir viagens presenciais por reuniões virtuais sempre que possível.

Automatizar processos que exigem deslocamentos, como entrega de documentos físicos.

3. Educação e Treinamento

Realizar treinamentos periódicos com motoristas sobre práticas de condução econômica (*eco-driving*), como evitar acelerações bruscas, manter velocidade constante e planejar deslocamentos.

Promover campanhas internas para conscientizar colaboradores sobre a importância do uso eficiente da frota.

4. Aquisição progressiva de veículos híbridos e elétricos

Tendo em vista que a utilização de combustíveis deverá ser controlada ao longo do horizonte do plano, sugere-se que a ampliação ou substituição da frota considere a aquisição, a princípio para teste, de veículos híbridos e elétricos e que a recarga seja feita prioritariamente em fontes com matriz fotovoltaica.

PROGRAMA DE GESTÃO LOGÍSTICA DE BAIXO CARBONO EM ANOS ELEITORAIS

Este programa tem como objetivo minimizar o incremento de emissões decorrente das atividades extraordinárias do período eleitoral, por meio de planejamento logístico integrado, racionalização de rotas e adoção de soluções operacionais mais eficientes, sem comprometer a segurança e a efetividade do processo eleitoral.

Projetos e ações do Programa:

1. Planejamento Logístico Antecipado e Integrado

Elaborar, com antecedência mínima de 6 meses, um plano logístico detalhado para transporte de urnas eletrônicas, equipes técnicas e materiais, com uso de ferramentas de georreferenciamento e otimização de rotas.

Priorizar o agrupamento de entregas e coletas em circuitos logísticos únicos, evitando deslocamentos redundantes e reduzindo a quilometragem total percorrida.

2. Centralização e Regionalização de Operações

Implantar pontos estratégicos regionais para armazenamento temporário de urnas e equipamentos, reduzindo distâncias de deslocamento a partir da sede.

Sempre que possível, utilizar estruturas descentralizadas para distribuição final, diminuindo a necessidade de viagens longas e repetitivas.

3. Contratação Sustentável de Transporte Terceirizado

Incluir critérios ambientais nos processos de contratação de transporte para o período eleitoral, priorizando empresas que utilizem veículos mais eficientes, combustíveis renováveis ou que possuam programas de gestão de emissões.

Estabelecer, sempre que viável, exigência de comprovação de manutenção preventiva da frota terceirizada, garantindo melhor desempenho energético.

4. Uso Prioritário de Biocombustíveis em Operações Eleitorais

Durante o período eleitoral, intensificar a política de uso de biocombustíveis na frota própria e terceirizada, especialmente etanol, considerando sua menor pegada de carbono em relação aos combustíveis fósseis.

Avaliar a viabilidade logística de abastecimento em rotas previamente definidas, garantindo a operacionalidade sem comprometer a autonomia dos veículos.

5. Monitoramento Intensivo e Controle em Tempo Real

Implementar sistema de monitoramento de frota via GPS durante o período eleitoral, permitindo ajustes dinâmicos de rotas, identificação de ociosidade e redução de deslocamentos desnecessários.

Consolidar dados de consumo de combustível e quilometragem em tempo real para avaliação posterior de desempenho e identificação de oportunidades de melhoria.

6. Capacitação Específica para Operação Eleitoral

Realizar treinamentos direcionados para motoristas e equipes envolvidas na logística eleitoral, com foco em condução econômica, planejamento de rotas e redução de tempo ocioso com veículos ligados.

Reforçar diretrizes operacionais que evitem deslocamentos desnecessários e incentivem a tomada de decisão eficiente em campo.

META 1.2: Substituição de combustíveis fósseis utilizados na frota para biocombustíveis.

Sobre isso, a CNJ nº 594/2024, traz incentivos à substituição de combustíveis fósseis para biocombustível e à aquisição de veículos elétricos.

Considerando estes cenários, estabelece-se o Programa de Incentivo a Biocombustíveis e Automóveis Elétricos

PROGRAMA DE INCENTIVO A BIOCOMBUSTÍVEIS E AUTOMÓVEIS ELÉTRICOS

Projetos e ações:

1. Priorização no uso de biocombustíveis na frota da instituição

Deve-se ser implantada política de incentivo ao abastecimento da frota com biocombustíveis, como o etanol. Visando a conservação dos veículos e ampliação da vida útil, considerando o potencial corrosivo do Etanol, sugere-se que a substituição seja feita na proporção de 3:1 (três tanques de Etanol para cada tanque de Gasolina).

EMISSIONES FUGITIVAS

META 1.2: Redução de 42% das emissões fugitivas de GEE geradas por equipamentos de ar condicionado

PROGRAMA DE REDUÇÕES DE EMISSÕES FUGITIVAS

O Programa de Reduções de Emissões Fugitivas inclui a otimização do uso de refrigeradores, equipamentos de ar condicionado e extintores de incêndio. Neste caso, deve-se ter especial atenção aos equipamentos que utilizam os gases da categoria HFC por possuírem alto GWP, gerando grande impacto nas emissões finais.

Projetos e ações:

1. Plano de Manutenção Preventiva e Ações de Controle

Manutenção preventiva: Manter atualizado e em execução Plano de Manutenção Preventiva (PMOC), com cronograma de avaliação e reparos de equipamentos que podem ser fontes de vazamentos.

Substituição de componentes: Diagnóstico dos equipamentos e substituição de componentes antigos ou defeituosos por versões modernas e mais eficientes.

Utilizar vedação adequada: Diagnóstico de verificação de que todas as conexões utilizem materiais de vedação apropriados, reparando aqueles que forem considerados inadequados.

2. Melhorias de Processos

Para a execução de um Projeto de Melhorias de Processos de utilização de equipamentos fontes de emissões fugitivas de GEE recomenda-se a adoção dos seguintes procedimentos:

- Redução de pressão em sistemas, tubulações e equipamentos sempre que possível para minimizar a probabilidade de vazamentos. Isto pode ser feito, inclusive, evitando *overcharge*, que é a adição de recarga excessiva no equipamento.
- Implantação de medidas para reduzir as emissões durante o *startup*, *shutdown* ou manutenção. Da seguinte forma:

- o processo de *startup* de um ar condicionado pode gerar emissões maiores inicialmente devido ao uso ineficiente de energia e à variação nos parâmetros de operação. Para que seja evitado, em sistemas mais avançados, deve-se utilizar controladores de velocidade variável (VFD) para evitar picos de consumo de energia e emissões durante o início da operação. Também é importante evitar iniciar o compressor de forma abrupta, devendo ser feito o aquecimento gradual do compressor para reduzir o consumo de energia e a geração de emissões, especialmente em sistemas que utilizam refrigerantes com alto GWP (potencial de aquecimento global). Durante o *startup*, deve-se verificar que a carga térmica do ambiente esteja dentro dos parâmetros operacionais ideais, para evitar sobrecarga do sistema de ar condicionado. Pode-se utilizar controladores inteligentes para monitorar a temperatura ambiente e ajustar a capacidade do ar condicionado de forma eficiente, reduzindo o consumo energético excessivo e as emissões durante o *startup*.

- o *shutdown* de aparelhos de ar condicionado pode causar picos de emissões se o sistema for desligado abruptamente, gerando uma liberação desnecessária de refrigerantes ou aumentando o consumo de energia. Ao desligar o ar condicionado, especialmente sistemas com compressores rotativos ou centrífugos, sugere-se a implementação um desligamento gradual para evitar picos de consumo energético e minimizar a liberação de refrigerantes. Pode-se também utilizar sistemas que minimizem a pressão residual do refrigerante, evitando o escape para a atmosfera. Sistemas de controle que ajustam a pressão do compressor antes do desligamento são eficazes.

- a manutenção é uma fase crítica para evitar falhas e emissões excessivas. Durante a manutenção, um sistema de ar condicionado pode liberar mais emissões devido a vazamentos de refrigerante ou a um desempenho abaixo da capacidade ideal. Portanto, é importante realizar inspeções regulares para garantir que o sistema de ar condicionado esteja funcionando de maneira eficiente. Deve-se trocar filtros regularmente e limpar as bobinas do condensador e do evaporador para melhorar a eficiência do sistema e reduzir as emissões de CO₂ associadas a um funcionamento ineficiente. Durante a manutenção, é fundamental que se inspecione o sistema para detectar

vazamentos de refrigerante. Se encontrados vazamentos, o conserto deve acontecer prontamente, pois os refrigerantes (principalmente os com alto GWP) emitem alta carga de GEE.

- ainda, existe a alternativa de utilizar equipamentos de recuperação de refrigerante durante a manutenção para evitar a liberação de gases para a atmosfera. Isso é particularmente importante em sistemas que utilizam refrigerantes com alto impacto ambiental, como o R-22.

- outra alternativa é a substituição por refrigerantes de baixo GWP, como o R-32 ou outros refrigerantes naturais ou utilizar unidades de ar condicionado com tecnologia *inverter*, que ajustam a velocidade do compressor conforme a carga térmica, reduzindo o consumo de energia e as emissões durante todas as fases (*startup*, operação e *shutdown*).

- deve-se utilizar óleos e lubrificantes eficientes para garantir que os compressores e outras partes móveis operem com menos atrito, consumindo menos energia e gerando menos emissões.

- por fim, há alternativas para a recuperação de gás, através da instalação de sistemas de captura para recuperar gases antes que escapem para a atmosfera.

Atualmente, o o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) inclui, em suas rotinas, o desligamento dos equipamentos de climatização que eventualmente estejam em funcionamento após o expediente. Além disso, a inventariante conta com plantão administrativo presencial aos finais de semana e o responsável também verifica essas questões.

3. Capacitação e Conscientização

Treinamento de equipes: Capacitar os operadores para detectar e corrigir vazamentos de forma eficiente. Caso o serviço de manutenção venha sendo feito por empresa terceirizada, pode-se exigir via Edital, contrato ou acordos comerciais a adoção dos procedimentos e a capacitação dos prestadores de serviço.

Campanhas internas: Promover a conscientização sobre a importância da redução de emissões fugitivas para a mitigação de mudanças climáticas.



ESCOPO 2: ENERGIA ELÉTRICA

META 2

Reduzir as emissões indiretas advindas da aquisição de energia elétrica conforme metas do horizonte do plano.

Ano base: 2025 (não eleitoral) / 2026 (eleitoral) | Período de aferição: anual | Período de Cumprimento: - 2029 (não eleitoral) / 2030 (eleitoral)

META 2.1: Reduzir em 42% as emissões advindas de consumo de energia elétrica do SIN.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Este programa visa a redução do consumo direto através de projetos e ações de conscientização e eficiência energética.

Projetos e Ações:

1. Plano de Ação de redução do consumo de Energia Elétrica

Desenvolvimento e implantação de um Plano de Eficiência Energética com diretrizes para o consumo consciente, substituição e manutenção de equipamentos.

2. Capacitação e Conscientização

Campanhas de sensibilização dos servidores para o consumo racional de energia elétrica.

Capacitação de servidores e prestadores de serviço sobre eficiência energética.

3. Substituição de equipamentos

É importante a manutenção de um plano de substituição de equipamentos por outros energeticamente mais eficientes. O ponto chave desta substituição são os equipamentos de ar

condicionado. Esta substituição ao longo do horizonte do plano pode ser validada junto às empresas especializadas de manutenção prestadora de serviço da instituição

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO DE MATRIZ ENERGÉTICA

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 594/2024 e considerando o compromisso institucional com a redução das emissões de gases de efeito estufa, o TRE-MT deverá promover a transição gradual de sua matriz energética para fontes renováveis e de menor impacto ambiental. Ressalta-se que o Tribunal já dispõe de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, o que representa um avanço significativo e um ponto de partida estratégico para a ampliação dessa transição. Assim, o presente programa visa não apenas expandir a participação da energia limpa no consumo institucional, mas também otimizar o uso dos sistemas existentes, garantindo maior eficiência, autonomia energética e redução de custos operacionais ao longo do tempo.

A adoção de fontes renováveis, especialmente a solar fotovoltaica, é particularmente vantajosa no contexto do Estado de Mato Grosso, que apresenta elevados índices de irradiação solar ao longo do ano, favorecendo a geração distribuída. Além disso, a transição energética contribui diretamente para a redução das emissões associadas ao consumo de energia elétrica (Escopo 2), fortalecendo o desempenho ambiental da instituição e alinhando-a às melhores práticas de sustentabilidade no setor público.

Projetos e Ações do Programa:

1. Adesão a Programas de Aquisição de Energia Limpa

Avaliar a viabilidade de participação do TRE-MT em programas de compra de energia proveniente de fontes renováveis no mercado regulado ou livre, quando aplicável, priorizando fornecedores com certificação de origem renovável (I-REC ou equivalente).

Avaliar a viabilidade de migração gradual para o mercado livre de energia, com contratação de energia incentivada (proveniente de fontes como solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas).

2. Expansão dos Sistemas Fotovoltaicos Existentes

Realizar diagnóstico técnico das unidades que ainda não possuem sistemas fotovoltaicos instalados, priorizando aquelas com maior consumo energético e maior potencial de geração.

Implantar novos sistemas de geração distribuída, considerando modelos próprios ou por meio de parcerias, consórcios ou contratação de usinas remotas (geração compartilhada).

Avaliar a ampliação da capacidade instalada nas unidades já atendidas, sempre que houver viabilidade técnica e econômica.

3. Gestão e Monitoramento da Geração e Consumo

Implantar sistema de monitoramento contínuo da geração fotovoltaica e do consumo de energia elétrica, permitindo a análise de desempenho, identificação de perdas e otimização do uso da energia gerada.

Integrar os dados energéticos ao inventário de emissões de GEE, possibilitando o acompanhamento direto dos ganhos ambientais decorrentes da transição energética.

4. Eficiência Energética Integrada à Geração Renovável

Promover ações complementares de eficiência energética, como substituição de equipamentos obsoletos, modernização de sistemas de climatização e iluminação, e automação predial, garantindo que a energia gerada seja utilizada de forma mais racional e eficiente.

Incorporar critérios de eficiência energética em novas edificações e reformas, alinhando geração e consumo sustentável.

5. Capacitação e Sensibilização Institucional

Realizar campanhas internas para conscientizar servidores e colaboradores sobre o uso racional da energia e os benefícios da geração renovável.

Capacitar equipes técnicas para operação e manutenção dos sistemas fotovoltaicos, garantindo sua durabilidade e desempenho ao longo do tempo.

ESCOPO 3: EMISSÕES INDIRETAS

META 3: Reduzir as emissões indiretas de Viagens a Negócio e Emissões Casa - Trabalho conforme metas do horizonte do plano.

Ano base: 2025 (não eleitoral) / 2026 (eleitoral) | Período de aferição: anual | Período de Cumprimento: - 2029 (não eleitoral) / 2030 (eleitoral)

META 3.1. Reduzir em 25% as emissões advindas do deslocamento aéreo em Viagens a Negócio.

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA DE VIAGENS A NEGÓCIO

Projetos e Ações:

1. Substituição de Viagens:

Incentivar o uso de reuniões virtuais sempre que possível.

Priorizar, sempre que compatível com a natureza da missão institucional, o planejamento racional de deslocamentos terrestres para distâncias curtas e médias, com foco na redução de viagens redundantes, na otimização de agendas institucionais, mediante o agrupamento de compromissos, audiências, reuniões e diligências em uma mesma localidade ou período, bem como no deslocamento conjunto de magistrados, servidores e equipes de apoio quando houver convergência de agendas, sempre que tais medidas não comprometam a segurança, a eficiência e a funcionalidade das atividades jurisdicionais.

2. Planejamento de Viagens Aéreas:

Adotar políticas de planejamento antecipado para reduzir escalas e trajetos mais poluentes, além de preocupar em deslocar somente os servidores indispensáveis à atividade.

META 3.2. Reduzir em 25% as emissões advindas do deslocamento casa – trabalho

PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DO DESLOCAMENTO CASA TRABALHO

Projetos e Ações

1. Incentivo à Mobilidade Sustentável

Ampliação do uso do transporte coletivo:

Promover ações de sensibilização voltadas à mobilidade sustentável, reconhecendo que a adoção de transporte coletivo ou compartilhado depende de fatores individuais, estruturais e urbanos que extrapolam a governança direta da instituição, razão pela qual tais ações terão caráter orientativo e voluntário

Valorização da mobilidade ativa:

Implantar bicicletários cobertos, vestiários e sinalização segura para pedestres e ciclistas, além de campanhas internas de estímulo à caminhada, caronas e uso de bicicletas.

Programa de Carona Solidária:

Avaliar, em conjunto com a área de Tecnologia da Informação, a viabilidade de utilização de ferramentas já existentes ou soluções simplificadas que incentivem, de forma voluntária, o compartilhamento de trajetos entre servidores, observadas as limitações técnicas, orçamentárias e operacionais.

Neste âmbito, pode-se também sugerir aos próprios servidores que criem grupos por eles mesmos gerenciados em aplicativos de conversas instantâneas para troca de informações sobre caronas.

2. Redução do Uso de Veículos Individuais Fósseis

Teletrabalho e horários flexíveis:

Expandir políticas de trabalho remoto parcial e escalonamento de horários para reduzir picos de deslocamento e o total de quilômetros percorridos.

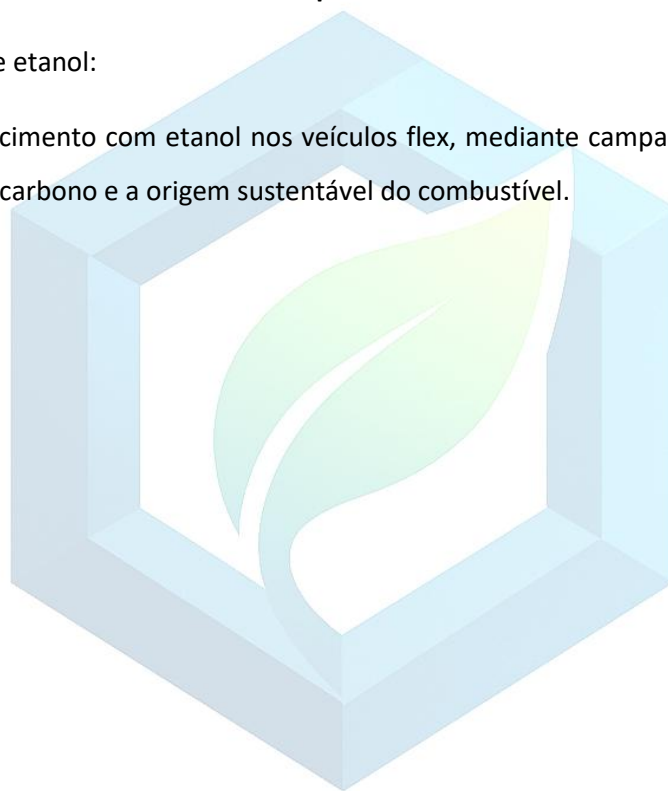
Campanhas de conscientização:

Promover ações educativas sobre os impactos climáticos do transporte individual e sobre alternativas mais sustentáveis de deslocamento.

3. Transição para Combustíveis de Menor Impacto

Incentivo ao uso de etanol:

Estimular o abastecimento com etanol nos veículos flex, mediante campanhas de informação sobre a pegada de carbono e a origem sustentável do combustível.



PROJEÇÃO DE EMISSÕES TOTAIS DE GEE

1. ANOS NÃO ELEITORAIS

Para os anos não eleitorais, as metas terão como base a referência de 2025, a saber:

Tabela 2: Previsão de emissões de GEE (2029) – Ano Não Eleitoral (Margem de Erro: $\pm 5\%$)

Escopo	Categoria	Emissões 2029 (tCO ₂ e)	Emissões 2029 (tCO ₂ e)	Meta de Redução (%)	Emissões esperadas 2029 (tCO ₂ e)	Emissões esperadas 2029 (tCO ₂ e)
1	Combustão Móvel	67,46	448,61	42	39,13	260,19
	Emissões Fugitivas	381,15		42	221,07	
2	Energia Elétrica	39,46	39,46	42	22,89	22,89
3	Viagens a negócio	44,77	177,97	25	25,97	103,22
	Deslocamento Casa - Trabalho	133,20		25	77,25	
Total		666,04		---	386,30 $\pm$ 19,32	

2. ANOS ELEITORAIS

A projeção de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para os anos eleitorais no âmbito do TRE-MT foi elaborada com base nas emissões esperadas para o cenário não eleitoral de 2029, aplicando-se fatores de incremento associados ao aumento das atividades operacionais típicas desses períodos. Ressalta-se que esta projeção possui caráter estimativo e deverá ser revisada após a consolidação do Inventário de Emissões de GEE do ano-base eleitoral (2026), o qual permitirá maior precisão metodológica.

Conforme indicado no Plano de Logística Sustentável (PLS), os anos eleitorais apresentam elevação significativa no consumo de combustíveis e energia elétrica, em decorrência da intensificação das atividades logísticas, incluindo transporte de urnas eletrônicas, mobilização de equipes, ampliação da estrutura operacional e aumento do uso de instalações. Nesse contexto, adotaram-se como premissas:

- (i) aumento médio de aproximadamente três vezes nas emissões provenientes da combustão móvel, compatibilizando o crescimento diferenciado entre gasolina (até 3,5 vezes) e óleo diesel (até 2,5 vezes); e
- (ii) aumento de até 1,5 vez no consumo de energia elétrica.

A partir dessas premissas, a categoria de Combustão Móvel (Escopo 1) apresenta a maior variação, passando de 260,19 tCO₂e no cenário não eleitoral para uma projeção de 780,57 tCO₂e em ano eleitoral. As Emissões Fugitivas foram mantidas constantes (221,07 tCO₂e), considerando a ausência de evidências de variação relevante associada ao ciclo eleitoral. No Escopo 2, as emissões provenientes de energia elétrica aumentam de 22,89 tCO₂e para 34,34 tCO₂e, refletindo o maior uso de infraestrutura.

Para o Escopo 3, em razão da inexistência de série histórica robusta que permita estimativas seguras, optou-se por manter os valores projetados para anos não eleitorais, sendo 103,22 tCO₂e para viagens a negócio e 77,25 tCO₂e para deslocamento casa-trabalho. Essa abordagem conservadora será revisada futuramente com base em dados mais consistentes.

Dessa forma, a projeção total de emissões para o ano eleitoral de 2030 é de 1.216,45 tCO₂e, com margem de erro estimada em $\pm 5\%$. Observa-se um aumento expressivo em relação ao cenário não eleitoral (386,30 tCO₂e), evidenciando que, mesmo com a implementação de medidas de mitigação, os anos eleitorais configuram um cenário estruturalmente mais intensivo em emissões, conforme tabela a seguir:

Tabela 3: Previsão de emissões de GEE (2030) – Ano Eleitoral (Margem de Erro: $\pm 5\%$)

Escopo	Categoria	Emissões esperadas 2030 (tCO ₂ e)	Emissões esperadas 2030 (tCO ₂ e)
1	Combustão Móvel	780,57	1.001,64
	Emissões Fugitivas	221,07	
2	Energia Elétrica	34,34	34,34
3	Viagens a Negócio	103,22	180,47
	Deslocamento Casa-Trabalho	77,25	
TOTAL		1.216,45 $\pm$ 60,82	

Esse comportamento reforça a necessidade de estratégias específicas para períodos eleitorais, especialmente voltadas à otimização logística e ao controle do consumo de combustíveis, de modo a mitigar, na medida do possível, os impactos decorrentes dessa intensificação operacional. Ademais, evidencia a importância da definição de anos-base distintos, garantindo maior precisão analítica, comparabilidade adequada e robustez técnica ao Plano de Descarbonização.

9. COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE

Para que o TRE-MT atinja a neutralidade das emissões de GEE, é preciso que, além de reduzir as emissões, os valores residuais devem ser compensados a fim de atingir o equilíbrio em suas atividades, o que deve acontecer até 2030.

Escolha de Estratégias de Compensação

a) Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas

Reflorestamento consiste no plantio de árvores em áreas degradadas, enquanto a recuperação promove a restauração de ecossistemas. Os indivíduos arbóreos sequestram dióxido de carbono da atmosfera à medida que crescem, contribuindo para a neutralização das emissões.

Como Implementar:

Parcerias Locais: Estabelecer colaborações com ONG, cooperativas agrícolas e órgãos ambientais para reflorestar áreas dentro da jurisdição do TRE-MT.

Criação de Viveiros: Incentivar viveiros comunitários para fornecer mudas nativas.

Monitoramento: Adotar tecnologias como drones ou imagens de satélite para acompanhar o crescimento das áreas reflorestadas e o sequestro de carbono.

Certificação e Credibilidade:

Buscar projetos certificados por iniciativas como REDD+ ou Padrão Ouro para Garantia de Carbono (Gold Standard).

b) Projetos de Energias Renováveis (apenas para o Escopo 2).

Apoiar projetos que substituam o uso de combustíveis fósseis por fontes de energia limpa (solar, eólica, biomassa, etc.). Essa estratégia evita emissões futuras, contribuindo para a descarbonização do setor energético.

Como Implementar:

Compra de Certificados de Energia Renovável (RECs): Adquirir créditos vinculados à geração de energia renovável de fornecedores certificados.

Parcerias com Municípios: Apoiar a implantação de painéis solares em prédios públicos locais ou em comunidades vulneráveis.

Certificação e Credibilidade:

Escolher projetos certificados por padrões como International Renewable Energy Certificate (I-REC) ou Green-e Energy.

c) Compra de Créditos de Carbono

Aquisição de créditos de carbono provenientes de projetos certificados, que representam emissões evitadas ou sequestradas.

Como Implementar:

Identificação de Projetos: Buscar projetos reconhecidos e alinhados aos valores da instituição, como reflorestamento, energia renovável ou biogás.

Plataformas de Mercado: Usar plataformas como Climate Action Reserve, Gold Standard Marketplace ou bolsas de carbono regionais.

Certificação e Credibilidade:

Certificar-se de que os créditos adquiridos são adicionais (não ocorreriam sem financiamento externo) e permanentes (benefício de longo prazo).

Uma comparação entre as estratégias é apresentada na Tabela a seguir:

Tabela 4: Comparativo entre estratégias de compensação

Tópico	Vantagens	Desvantagens	Potencial de Compensação	Aplicação nos Escopos	Custo Médio por Tonelada (R\$)
a) Reflorestamento e Recuperação	- Sequestro direto de CO ₂	- Longo tempo para resultados			
	- Benefícios colaterais (biodiversidade, controle de erosão)	- Necessidade de monitoramento contínuo	Alto no longo prazo, mas limitado no curto prazo	Escopo 1 (emissões diretas), Escopo 3 (atividades indiretas)	R\$ 50 a R\$ 250 (dependendo da região e do projeto)
b) Projetos de Energias Renováveis	- Reduz emissões ao substituir combustíveis fósseis	- Impacto indireto sobre emissões			
	- Apoia a descarbonização do setor energético	- Depende de demanda local e infraestrutura	Alto para evitar emissões futuras no setor energético	Escopo 2 (energia consumida pela instituição)	R\$ 25 a R\$ 100 por tonelada equivalente de CO ₂
e) Compra de Créditos de Carbono	- Implementação rápida	- Não reduz emissões internas diretamente	Variável, dependendo do projeto escolhido	Escopo 1, Escopo 2, Escopo 3	R\$ 25 a R\$ 150 (projetos florestais tendem a ser mais caros)

	- Projetos certificados disponíveis globalmente	- Depende da credibilidade do projeto			
--	---	---------------------------------------	--	--	--



10. DIRETRIZES PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

O Plano de Descarbonização do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) deve ser compreendido como um instrumento dinâmico de gestão ambiental, sujeito a revisões periódicas com o objetivo de garantir sua aderência à realidade operacional da instituição, à evolução metodológica dos inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e às diretrizes normativas vigentes.

A revisão do Plano deverá ocorrer de forma anual, em consonância com a atualização do Inventário de Emissões de GEE, possibilitando o acompanhamento contínuo do desempenho institucional, a verificação do cumprimento das metas estabelecidas e a identificação de eventuais desvios ou oportunidades de aprimoramento. Esse processo deverá considerar, obrigatoriamente, a consistência metodológica entre os inventários, de modo a assegurar a comparabilidade dos dados ao longo do tempo.

Adicionalmente, recomenda-se a realização de uma revisão intermediária estruturada, preferencialmente no ano de 2027, com o objetivo de reavaliar premissas, metas e programas à luz dos resultados obtidos nos primeiros ciclos de implementação. Essa revisão deverá contemplar a análise crítica da efetividade das ações propostas, a viabilidade técnica e financeira das medidas em curso, bem como a necessidade de ajustes estratégicos para garantir o alcance das metas finais.

Destaca-se, ainda, que a definição do ano-base eleitoral (2026) constitui um marco fundamental para o aprimoramento do Plano, devendo ensejar revisão específica das projeções e metas aplicáveis aos anos eleitorais. Com a consolidação de dados mais robustos e metodologicamente consistentes para esse contexto, será possível refinar as estimativas atualmente adotadas, especialmente no que se refere ao Escopo 3, cuja ausência de série histórica limita a precisão das projeções.

As revisões do Plano deverão considerar, entre outros aspectos:

- Atualização de fatores de emissão e metodologias conforme diretrizes do GHG Protocol;
- Inclusão ou exclusão de fontes emissoras, conforme evolução das atividades institucionais;
- Avaliação do desempenho dos programas implementados;

- Revisão de metas, caso identificadas inconsistências ou mudanças significativas no perfil de emissões;
- Incorporação de novas tecnologias ou soluções que contribuam para a redução de emissões;
- Atualização de custos e viabilidade econômica das ações propostas.

Por fim, recomenda-se que o processo de revisão seja conduzido de forma transparente e documentada, com registro das alterações realizadas, justificativas técnicas e validação pela alta gestão, garantindo a rastreabilidade das decisões e o fortalecimento da governança ambiental institucional.



11. CONCLUSÃO

O presente Plano de Descarbonização consolida o compromisso do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) com a mitigação das mudanças climáticas, estruturando um conjunto de metas, programas e ações voltados à redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa no âmbito institucional. Alinhado às diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024 e às melhores práticas internacionais, o Plano estabelece uma trajetória factível e tecnicamente fundamentada rumo à neutralidade de carbono.

A análise do perfil de emissões evidencia que a maior parte dos impactos está associada à combustão móvel e às atividades logísticas, especialmente em anos eleitorais, os quais apresentam um comportamento atípico e significativamente mais intensivo em emissões. Nesse contexto, a adoção de anos-base distintos e a estruturação de programas específicos para esses períodos representam avanços metodológicos relevantes, garantindo maior precisão analítica e coerência na definição de metas.

Observa-se que, embora os anos eleitorais imponham limitações operacionais à redução absoluta das emissões, o conjunto de medidas propostas — incluindo a otimização do uso da frota, a transição para biocombustíveis, a ampliação do uso de energia renovável e a melhoria da eficiência energética — contribui de forma significativa para a mitigação dos impactos e para o controle do crescimento das emissões ao longo do tempo.

Adicionalmente, a estratégia de compensação de emissões, aliada às ações de redução direta, assegura que o TRE-MT possa atingir o equilíbrio entre suas emissões e as remoções de carbono, viabilizando o alcance das metas de neutralidade estabelecidas para 2029 (ano não eleitoral) e 2030 (ano eleitoral).

Cabe destacar que o sucesso deste Plano depende, de forma decisiva, do engajamento institucional contínuo, da integração entre as áreas envolvidas e do comprometimento da alta gestão na implementação e monitoramento das ações propostas. A incorporação da sustentabilidade como diretriz transversal da gestão pública fortalece não apenas o desempenho ambiental do Tribunal, mas também sua atuação como agente indutor de boas práticas no âmbito do Poder Judiciário.

Dessa forma, o TRE-MT se posiciona de maneira proativa frente aos desafios climáticos contemporâneos, demonstrando que é possível conciliar eficiência operacional, responsabilidade ambiental e compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais resiliente e de baixo carbono.



12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Resolução CNJ 594/2024: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 594, de 29 de junho de 2024. Estabelece diretrizes e procedimentos para a implementação de políticas públicas voltadas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, 2024.

GHG Protocol Programa Brasileiro: GREENHOUSE GAS PROTOCOL INITIATIVE. GHG Protocol: uma contabilidade e elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa. Programa Brasileiro. São Paulo: FGV, 2023.

SBTi Net Zero: SCIENCE BASED TARGETS INITIATIVE (SBTi). Net Zero: como atingir a neutralidade de emissões de carbono com base na ciência. 2025.

Inventário de GEE, ano 2023: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, 2023. Brasília: MMA, 2023.



ANEXO I: CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro do Plano de Descarbonização do TRE-MT estabelece a distribuição temporal e a estimativa de investimentos necessários para a implementação dos programas e ações propostos, considerando o horizonte de cumprimento das metas até 2029 (ano não eleitoral) e 2030 (ano eleitoral). A estrutura do cronograma foi organizada por escopo de emissão (Escopos 1, 2 e 3), contemplando ações de curto, médio e longo prazo, garantindo uma implementação progressiva, tecnicamente viável e financeiramente equilibrada.

Os investimentos estimados apresentados possuem caráter referencial, podendo variar conforme condições de mercado e disponibilidade orçamentária.

ESCOPO 1

Meta	Ação	Período	Investimento Estimado
Meta 1.1	Sistema de compartilhamento de veículos	2026	R\$ 20.000 – 40.000
Meta 1.1	Consolidação de rotas	Contínuo	Sem custo
Meta 1.1	Digitalização de processos	2026–2027	R\$ 30.000 – 80.000
Meta 1.1	Treinamentos eco-driving	2026–2030	R\$ 8.000 – 15.000/ano
Meta 1.1	Monitoramento da frota (GPS)	2026	R\$ 30.000 – 70.000
Meta 1.1	Veículo elétrico piloto	2027	R\$ 180.000 – 250.000
Meta 1.2	Uso de biocombustíveis (etanol)	Contínuo	Sem custo
Meta 1.3	PMOC e manutenção preventiva	2026–2030	R\$ 80.000 – 200.000/ano
Meta 1.3	Substituição de equipamentos e vedação	2026–2032	R\$ 100.000 – 300.000
Meta 1.3	Capacitação técnica	2026–2030	R\$ 10.000 – 20.000/ano

ESCOPO 2

Meta	Ação	Período	Investimento Estimado
Meta 2.1	Plano de eficiência energética	2026	R\$ 30.000 – 60.000
Meta 2.1	Campanhas de consumo racional	2026–2030	R\$ 5.000 – 10.000/ano
Meta 2.1	Capacitação técnica	2026–2030	R\$ 8.000 – 15.000/ano
Meta 2.1	Substituição de equipamentos	2026–2032	R\$ 150.000 – 350.000
Meta 2.1	Expansão fotovoltaica	2026–2030	R\$ 200.000 – 800.000
Meta 2.1	Aquisição de energia renovável	2026–2030	R\$ 50.000 – 150.000/ano

ESCOPO 3

Meta	Ação	Período	Investimento Estimado
Meta 3.1	Reuniões virtuais	2026	R\$ 10.000 – 40.000
Meta 3.1	Planejamento de viagens	Contínuo	Sem custo
Meta 3.1	Campanhas de redução	2026–2030	R\$ 5.000 – 10.000/ano
Meta 3.2	Bicicletários e vestiários	2026–2027	R\$ 80.000 – 150.000
Meta 3.2	Campanhas mobilidade	2026–2030	R\$ 5.000 – 10.000/ano
Meta 3.2	Teletrabalho	Contínuo	Sem custo